

TABELA X

Tabela de Receita nº II - anexo III

Tabela X**Nota Remissiva**

Tabela X atualizada para o exercício de 2017, conforme [Decreto nº 28.226/2016](#), e alterada pela [Lei nº 9.279/2017](#).

Redação Original

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	ALÍQUOTA	
		% S / O PREÇO DO SERVIÇO	BASE DE CÁLCULO
1.0	Serviço de transporte coletivo, de natureza municipal, explorado mediante permissão ou concessão	2	- -
2.0	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres	2	- -
3.0	Planos de medicina e assistência veterinária e congêneres	2	- -
4.0	Serviços prestados por cooperativa nos termos desta Lei	2	- -
5.0	Serviços prestados por empresa, com faturamento no exercício anterior de até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), não optante do Simples Nacional, localizada em logradouro integrante da RA – I e RA – II em processo de deterioração, definido em regulamento..... NOTA: A Lei Complementar Federal nº 139, de 10 de novembro de 2011, alterou os valores utilizados pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 (Simples Nacional). Assim, atendendo ao disposto no art. 328-A da Lei nº 7186/2006 o valor indicado no código 5.0, a partir de 1º de janeiro de 2012, ficou atualizado para R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).	2	- -
6.0	Serviços de resposta audível ("call center"), de fornecimento de dados e informações de qualquer natureza (contact center e e-mail center).....	2	- -

7.0	Serviços de construção e reforma de unidades imobiliárias:		
7.1	destinados a empreendimentos hoteleiros, edifícios de garagem, educacionais, livrarias, teatros, cinemas e outros espaços culturais, situados em logradouros em processos de deterioração, definidos em ato do Poder Executivo, localizados na RA I e II.....	2	-
7.2	financiados pelo programa de arrendamento residencial (PAR) ou similar, instituído pelo governo federal, estadual ou municipal, situados em logradouro em processo de deterioração, definido em ato do Poder Executivo, localizadas nas RA I e II	2	-
7.3	destinados à implantação de Pólo de Desenvolvimento Econômico, localizados em logradouros definidos em ato do Chefe do Poder Executivo integrantes das RA I e RA II ou implantados na ZUE II (Zona de Uso Especial Parque Tecnológico) institucionalizada pela Lei nº 7.400/08, destinada a alta tecnologia.....	2	-
7.4	destinados a empreendimentos industriais, comerciais ou de serviços localizados na Região Administrativa I (Centro) ou II (Itapagipe), em logradouro em processo de deterioração definido em regulamento, e de alta tecnologia implantados com a utilização de incentivos fiscais concedidos pelo Estado da Bahia, suas autarquias, fundações ou órgãos a ele vinculados.....	2	-
8.0	Serviços prestados por empresa, com faturamento no exercício anterior de R\$ 240.001,00 (duzentos e quarenta mil e um reais) a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) não optante do Simples Nacional, localizada em logradouro integrante da RA I e RA II, em processo de deterioração, definido em regulamento	3	-
	NOTA: A Lei Complementar Federal nº 139, de 10 de novembro de 2011, alterou os valores utilizados pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 (Simples Nacional). Assim, atendendo ao disposto no art. 328-A da Lei nº 7186/2006 os valores indicados no código 8.0, a partir de 1º de janeiro de 2012, ficaram atualizados para R\$ 360.000,01 (trezentos e sessenta mil reais e um		

	centavo), e R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), respectivamente.		
8.1	Serviços de Alta Tecnologia implantados com a utilização de incentivos fiscais concedidos pelo Estado da Bahia, suas autarquias, fundações ou órgãos a ele vinculados.....	2	- -
8.2	Serviços prestados nas unidades imobiliárias localizadas na ZUE II (Zona de Uso Especial Parque Tecnológico), institucionalizada pela Lei nº 7.400/08, destinados a Alta Tecnologia.....	2	- -
9.0	Serviço de ensino regular pré-escolar	2	- -
10.0	Serviço de ensino fundamental, médio e superior desenvolvido em unidade imobiliária localizada em logradouro da Região Administrativa I, Centro, em processo de deterioração, definido em ato do Poder Executivo.....	2	- -
11.0	REVOGADO PELA LEI Nº 8.621, de 03/07/2014. Nota: O Código 11.0 (Serviços de registros públicos, cartorários e notariais relativos a habitação popular) foi revogado pelo art. 9º da Lei nº 8.621, de 03/07/2014.	2	- -
12.0	Serviços de biblioteconomia	2	- -
13.0	Serviços de alta tecnologia, definidos em ato do Poder Executivo, prestados em unidades imobiliárias localizadas em logradouros em processo de deterioração da Região Administrativa RA I, também definidos pelo Poder Executivo.....	2	- -
13.1	Serviços de emissão de vales alimentação, vales transportes e similares prestados em unidade imobiliária localizada em logradouro em processo de deterioração da Região Administrativa RA I e RA II, na forma do Regulamento	2	- -
14.0	Serviços de barbearia, cabeleireiros, manicuros e pedicuros	2	- -
15.0	Serviços de diversão, lazer e entretenimento:		
15.1	exibições cinematográficas não localizadas em "shopping center" ou centro comercial	3	- -

15.2	"shows", "ballet", danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	3	-
15.3	desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres	3	-
15.4	produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, "shows", "ballet", danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	3	-
15.5	outros serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres .	5	-
16.0	Serviços prestados por pessoa física:		
16.1	profissional liberal, por mês	5	1.244,36
16.2	de nível não superior, por mês	5	335,72
16.3	artesão, artífice e artista	ISENTO	ISENTO
17.0	Sociedades a que se refere o § 2º do art. 87 da Lei nº 7.186/06, por sócio profissional habilitado:		
17.1	até 3 profissionais, por profissional e por mês	5	1.811,53
-	-	-	-
-	-	-	R\$
17.2	de 4 a 6 profissionais, por profissionais e por mês	5	2.896,87
-	-	-	-
-	-	-	-
17.3	de 7 a 10 profissionais, por profissional e por mês	5	R\$ 3.623,03
-	-	-	-
-	-	-	-
17.4	acima de 10 profissionais, por profissional e por mês	5	R\$ 7.246,05
18.0	Demais serviços de qualquer natureza, constantes da lista de serviços	5	-

<p>Nota 1.</p>	<p>Não serão beneficiados com as alíquotas especiais constantes desta Tabela:</p> <p>1.1 Os prestadores de serviços inscritos no Cadastro Geral de Atividades – CGA deste Município,</p> <p>com endereço em escritório virtual localizado nas Regiões Administrativas RA I e RA II.</p> <p>1.2 Os prestadores dos serviços descritos nos itens 15 e 20 da Lista de Serviços anexa a esta Lei.</p> <p>1.3 Os serviços de hotelaria (motel, hotel ou pousada) com cobrança de tarifa por hora de utilização.</p>
<p>Nota 2.</p>	<p>A alíquota especial constante no código 8.1 desta Tabela beneficia, exclusivamente, a pessoa</p> <p>jurídica prestadora de serviços de Alta Tecnologia até sua implantação na unidade imobiliária</p> <p>localizada na ZUE II (Zona de Uso Especial Parque Tecnológico), desde que possua o Termo de</p> <p>Viabilidade de Localização – TVL, emitido pela Superintendência de Controle e Ordenamento do</p> <p>Uso do Solo do Município – SUCOM, para sua implantação, mesmo que em caráter provisório.</p> <p>(Nota acrescentada pela Lei nº 7.995/2011).</p> <p>-</p> <p>2.1 A não implantação da pessoa jurídica prestadora de serviços de Alta Tecnologia na unidade</p> <p>imobiliária localizada na ZUE II, até o dia 31 de dezembro de 2012, implicará na suspensão do</p> <p>benefício concedido, devendo ser lançado de ofício pela Administração Tributária o saldo da</p> <p>diferença correspondente a alíquota máxima, retroativo a data da concessão do benefício. (Nota</p> <p>acrescentada pela Lei nº 7.995/2011).</p> <p>-</p> <p>OS CÓDIGOS 8.1 E 8.2 FORAM ACRESCENTADOS PELA LEI Nº 7.995/2011.</p>

Nota 3.	<p>A Lei nº 8.482, publicada no DOM de 02 a 04/11/2013, em seu art. 2º, reduziu a alíquota do ISS</p> <p>incidente sobre o serviço de transporte metroviário de passageiros, relacionado no subitem 16.01 da</p> <p>Lista de Serviços anexa, para 2% (dois por cento). Este incentivo, conforme os arts. 154 e 155 da</p> <p>Lei Orgânica do Município de Salvador, vigorará pelo prazo de até 10 (dez) anos contados do</p> <p>início da operação comercial.</p>
Nota 4.	<p>A Lei nº 8.621, republicada no DOM de 08/07/2014, revogou o Código 11.0.</p>